

Por Pedro Peduzzi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão adiou para amanhã (12), a pedido do relator do caso, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), a apresentação do parecer sobre os desvio de recursos dos fundos de pensão Funcef (Caixa), Postalís (Correios), Petros (Petrobras) e Previ (Banco do Brasil).

De acordo com o relator, o adiamento permitirá a inclusão de mais informações sobre o caso, entre as quais as obtidas recentemente, a partir da conclusão do relatório da Polícia Federal sobre a Operação Positus, que apurou fraudes na gestão de recursos do Postalís. Para Souza, o adiamento trará benefícios aos trabalhos da CPI.

“Tomamos o cuidado de evitar prejuízos à aprovação do relatório. Haverá, sim, ganho para a CPI porque [o adiamento] nos permitirá aprofundar três temas que acabaram de chegar à CPI. Primeiro, o compartilhamento de informações da Lava Jato, autorizado na última sexta-feira (8); a informação de que a Previ promoveu quatro autos de infração em pelo menos dois dos temas investigados pela CPI em relação à Funcef; e os indiciamentos do final de semana pela Polícia Federal, do [ex-presidente do Postalís] Alexej Predtechensky, do [operador do mercado financeiro] Fabrizio Dulcetti Neves e de familiares deles”, disse o relator.

Sérgio Souza disse que o prejuízo nos quatro fundos de pensão investigados pela CPI passa de R\$ 3 bilhões no período investigado (de 2003 a 2015), em cerca de 15 casos aprofundados pela comissão. Souza antecipa que, em seu relatório, haverá “centenas de pessoas indiciadas”, além de encaminhamentos, levantamento de prejuízos, déficits e rombos nos quatro fundos de pensão. Apresenta ainda uma lista de recomendações a diversos órgãos e entidades. O relatório será enviado ainda hoje aos deputados integrantes da comissão.

O presidente da CPI, Efraim Filho (DEM-PB), informou que a leitura será feita nesta terça-feira (12) e a votação, na quinta (14). Para o deputado, o adiamento ajudará os parlamentares a ter mais conhecimento sobre o caso, por meio de um relatório “muito mais robusto”.

Devido às medidas de segurança adotadas pela presidência da Câmara dos Deputados para os próximos dias, em função da votação do pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, na Casa, Efraim Filho disse que tomará as medidas necessárias para permitir o cadastramento prévio e acesso “dos grupos que sempre estiveram presentes na CPI”, para que participem da próxima sessão.

**Fonte:** [Agência Brasil](#), em 11.04.2016.